

**Comissão Permanente de Acompanhamento de Ações Judiciais Relevantes - COPAJURE
Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social - CONAPREV**



AÇÕES EM ANDAMENTO NO STF - TEMAS RELEVANTES PARA OS RPPS 31/07/2017 (COPAJURE/CONAPREV)

Nº PROCESSO (C/link p/ andamento pág. STF)	RELATOR	ASSUNTO	ANDAMENTO PROCESSUAL
TEMAS DIVERSOS			
1	ADI 2968	MIN. GILMAR MENDES	Inconstitucionalidade da vinculação dos servidores celetistas a estatuto por meio de Lei (Efetivação) - Art. 243 da Lei nº 8.112/90 - Estatuto da União.
2	ADI 3184	MIN. CÁRMEN LÚCIA	Inconstitucionalidade do art. 9º da EC 41/2003: aplicação do teto de remunerações e benefícios (julgado procedente o pedido por alguns ministros - matéria pendente por pedido de vista)
3	ADI 3767	MIN. MARCO AURÉLIO	Inconstitucionalidade da extensão a aposentados de quotas de produtividade concedidas a auditores fiscais PR - Paridade benefícios com remunerações. Lei Paraná- nº 116/2006.
4	ADI 4878	MIN. GILMAR MENDES	Inconstitucionalidade da exclusão do menor sob guarda do rol de dependentes do RGPS. Art. 16 § 2º da Lei 8.213/91 alterado pela Lei 9528/97.
5	ADI 5083	MIN. DIAS TOFFOLI	Inconstitucionalidade da exclusão do menor sob guarda do rol de dependentes do RGPS. Art. 16 § 2º da Lei 8.213/91 alterado pela Lei 9528/97.
6	ADI 4882	MIN. GILMAR MENDES	Inconstitucionalidade da cassação de aposentadoria como penalidade disciplinar. Inciso IV do artigo 127 e do artigo 134, ambos da Lei nº 8.112/1990 (Estatuto da União)
7	MS 31299	MIN. ROBERTO BARROSO	Contagem de tempo anterior à EC 20 com acréscimo de 17% para quaisquer regras de aposentadoria (Magistrados, membros de MPU, com reflexos inevitáveis aos professores)
8	MS 32505	MIN. MARCO AURÉLIO	Aplicação do teto de remuneração, proventos e pensões
9	RE 602584	MIN. MARCO AURÉLIO	Aplicação do teto de remuneração, proventos e pensões
10	RE 658999	MIN. LUIZ FUX	Constitucionalidade da acumulação de dois cargos de médico, sendo um militar e civil. Violação aos arts. 37, § 10, e 142, § 3º da Constituição. Repercussão geral reconhecida.
11	RE 661256	MIN. ROBERTO BARROSO	Possibilidade de desaposentação no RGPS. Reminúcia a benefício de aposentadoria. Utilização do tempo de serviço/contribuição que fundamentou a prestação previdenciária originária para obtenção de benefício mais vantajoso. Presença da repercussão geral da questão.
12	RE 662423	MIN. DIAS TOFFOLI	Aposentadoria de membro do MP. Implementação dos requisitos antes da EC 20/98. Exigência de efetivo exercício de 5 anos no cargo em que ocorrerá a aposentadoria. Análise da estruturação de carreira escalonada em classes. Matéria passível de repercutir na esfera de interesse de milhares de servidores públicos. Tema com repercussão geral.
13	ADO 32	MIN. ROSA WEBER	Proposta uma ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO 32) ao Supremo Tribunal Federal (STF) com o objetivo de garantir o direito ao regime especial de aposentadoria a servidor público portador de deficiência.
14	RE 1014286	MIN. LUIZ FUX	Possibilidade de aplicação aos servidores públicos das regras do Regime Geral para averbação do tempo de serviço prestado em atividades exercidas sob condições especiais, novas à saúde ou à integridade física, com conversão do tempo especial em comum, mediante contagem diferenciada.
15	RE 924456	MIN. DIAS TOFFOLI	Eficácia temporal do art. 6º-A da EC 41/2003, incluído pela EC nº 70/2012. Retroatividade do pagamento das diferenças à data da EC 41/2013
UNIDADE GESTORA ÚNICA DO RPPS E TETO DE BENEFÍCIOS (PREV. COMPL.)			
16	ADI 3297	MIN. TEORI ZAVASCKI	Inconstitucionalidade da aplicação da Unidade Gestora Única (RPPS) e o teto do RGPS- Art. 40, §§ 14 e 20 CF aos magistrados.
17	ADI 4885	MIN. MARCO AURÉLIO	Inconstitucionalidade do § 15 do artigo 40 da Constituição com redação da EC nº 41/2003, e da Lei federal nº 12.618/2012, na parte em que autoriza a criação de entidade fechada de previdência complementar de natureza pública.
18	ADI 3308	MIN. GILMAR MENDES	Inconstitucionalidade da Unificação do regime previdenciário dos magistrados e fim da Aposentadoria Integral - EC 20 e EC 41 (com 3 apensos - ADI n. 3363, ADI n. 4802 e ADI n. 4803).
19	ADI 3310	MIN. GILMAR MENDES	Inconstitucionalidade da Inclusão do Ministério Público na Unidade Gestora Única - PBPREV - Lei nº 7.517/2003-PB.
20	ADI 3593	MIN. GILMAR MENDES	Inconstitucionalidade da Inclusão dos magistrados na Unidade Gestora Única - PBPREV - Lei nº 7.517/2003-PB.
21	ADPF 263	MIN. GILMAR MENDES	Constitucionalidade de dispositivos da Lei 7.517 - PB, para suspensão o andamento de processos sobre a inconstitucionalidade dos mesmos dispositivos acerca da Unidade Gestora Única - PB
22	SS 2791	MINISTRA PRESIDENTE	Unidade Gestora Única - PB - Relativo Mandado de Segurança que determinou ao PB PREV o repasse ao TJPB de valores destinados ao pagamento de benefícios do Poder Judiciário
AMPARO EM RPPS DE SERVIDORES NÃO TITULARES DE CARGOS EFETIVOS			
23	ADI 3948	MIN. ROBERTO BARROSO	Lei Complementar nº 120 - Paraná. Instituição de RPPS para parlamentares.
24	ADI 4601	MIN. LUIZ FUX	Inconstitucionalidade da EC Estadual nº 22, MT, cuja parte final do art. 1º preservou o pagamento de pensão a ex-governadores, ex-vice-governadores e substitutos Constitucionais, e do art. 1º da Lei Estadual nº 4.586, de 1983, eis que instituiu pensão mensal e vitalícia às viúvas e filhos de ex-governadores mensais e vitalícia às viúvas e filhos de ex-governadores
25	ADI 5111	MIN. DIAS TOFFOLI	Inconstitucionalidade da inclusão no RPPS de servidores estabilizados por Resolução da Assembléia, ingressados no período de 1991 a 2003 - LC 138/2008 - Roraima
RPPS E CONTRIBUIÇÃO DE MILITARES			
26	RE 596701	MIN. EDSON FACHIN	Militares - Contribuição Previdenciária dos militares entre EC 20 e EC 41/2003 - Requer a aplicação do mesmo entendimento válido aos servidores (imunidade entre 98 e 2003 com inconstitucionalidade das leis editadas até 2003 e reflexos sobre parcela de incidência da contribuição instituída depois de 2003.
27	RE 810606	MIN. ROBERTO BARROSO	Aposentadoria especial na carreira policial - percepção de proventos integrais.